

**Para citar:**

**Weber, L.N.D. (2005). Abandono, institucionalização e adoção no Brasil: problemas e soluções. *O Social em Questão*, 14, 53-70.**

**ABANDONO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E ADOÇÃO NO BRASIL:  
PROBLEMAS E SOLUÇÕES**

*Lidia Natalia Dobrianskyj Weber*

Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná

**RESUMO**

A realidade de crianças institucionalizadas no Brasil tem como determinantes principais o abandono, a negligência familiar, a violência e os perversos mecanismos sociais que excluem as crianças e não oferecem oportunidade para a recuperação das famílias. As crianças passam, portanto, longos anos longe de suas famílias, em um ambiente massificado e alienado que não é favorável para o desenvolvimento infantil. Quanto a esta pesquisa, foram realizadas observações e entrevistas semi-estruturadas com o diretor de um abrigo padrão, educadores e crianças e adolescentes, e os dados indicam dificuldades importantes: 1) falta de recursos financeiros e, como consequência, má qualidade na alimentação, roupas e cobertores de baixa qualidade; 2) situações de discriminação e preconceito que os meninos institucionalizados sofrem na escola, igreja e comunidade; 3) falta de um referencial feminino, pois eles passam o dia apenas com os monitores e todos os internos são meninos; 4) práticas educativas baseadas em ameaças, coerções, falta de afeto e punições corporais; 5) pouca preocupação com a higiene dos internos; 6) tratamento e castigos aplicados coletivamente, não havendo nenhuma preocupação em valorizar individualmente a criança; 7) atividades de lazer inadequadas. Apesar de a institucionalização de crianças ter surgido como uma tentativa de solucionar o problema de crianças e adolescentes abandonados, esta tentativa mostra-se extremamente ineficaz no Brasil porque não ataca as verdadeiras causas do problema (a miséria social, a carência de apoio socioeducativo, a ausência de prevenção em relação à violência doméstica, entre outros); não possibilita qualquer tipo de reabilitação para as famílias de origem e exclui as crianças de uma convivência familiar (em sua família de origem ou família adotiva) e comunitária.

## ABSTRACT

The reality of children who live in institutions in Brazil is determined principally by abandonment, family neglect, violence and the perverse social mechanisms that exclude these children and do not offer opportunities for their families to recover themselves. As such, these children spend years far from their families, in a standardized and alienated environment that is not conducive to child development. Observations and semi-structured interviews were held with the director of a home, instructors and children and teenagers and the data collected revealed important difficulties: 1) lack of financial resources and, as a consequence, bad quality food and low quality clothes and bedding; 2) situations of discrimination and prejudice suffered by institutionalized children at school, church and in the community; 3) lack of a female reference figure, as they spend the whole day with male monitors and all the inmates are male as well; 4) educational practices based on premises of threats, coercion, lack of affection and corporal punishment; 5) little concern with hygiene; 6) collective treatment and punishment, without any concern for the individual recognition of the child; 7) inadequate leisure activities. Despite the institutionalization of children having arisen as an attempt to solve the problem of abandoned children, this attempt has shown itself to be extremely ineffective in Brazil because it does not tackle the real problems of the issue (social poverty, the shortage of social and educational support, the absence of prevention regarding domestic violence, among other reasons); it does not make possible any type of rehabilitation of the families they came from and it excludes the children from a family life (whether in the biological or adoptive family and from community life).

*“Muitas coisas que nós precisamos podem esperar. A criança não pode. Agora é o tempo em que seus ossos estão sendo formados; seu sangue está sendo feito; sua mente está sendo desenvolvida. Para ela nós não podemos dizer amanhã. Seu nome é hoje”.*  
(GABRIELA MISTRAL)

No Brasil existem milhares de crianças que vivem em instituições totais e dezenas de recém-nascidos são abandonados em lugares públicos. Como um país pode suportar isso? Como o resto do mundo pode suportar isso? Quais são os antecedentes que nos

revelam o descaso pela criança? Em 1990, o Brasil, "através de um movimento social sem precedentes na história da assistência à infância no Brasil, que contou com a participação de diversos segmentos da sociedade civil, aprovou uma nova lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerada uma das leis mais avançadas do mundo" (PILOTTI & RIZINNI, 1995, p. 103). Dentre estes direitos fundamentais está o direito básico e essencial à convivência familiar e comunitária. Em verdade, isto significa o direito de ser amado e, conseqüentemente, aprender a amar o outro. No entanto, apesar de todos estes programas de Direitos Humanos, mesmo em um novo milênio permanece o abismo entre as intenções e a vida real.

### **Sobre o Brasil**

O Brasil que é preciso conhecer está além dos estereótipos cultuados no exterior, de um país exótico e a terra do futebol. O Brasil contemporâneo tem 170 milhões de habitantes e pode ser definido primordialmente pela sua complexidade. Sua extensão territorial é quase um continente, com enormes áreas férteis, muitas florestas consideradas o “pulmão do mundo”, forte diversidade sociogeográfica e pluralismo cultural (acentuada mescla de povos indígena, africano e europeu). É um país urbanizado cujo forte parque industrial o coloca na 11ª posição em relação à economia internacional, mas, apesar do desenvolvimento econômico e aumento considerável em seu Produto Interno Bruto, este Brasil de pessoas alegres e do gigantesco Carnaval também é um dos mais desiguais do planeta. Apesar do bom *ranking* econômico, o Brasil está na 73ª colocação em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano entre 173 países (IDH = 0,757); o índice Gini (0,607), que mede a concentração de renda de um país, mostrou que o Brasil é o 4º pior país do mundo (ficando atrás somente de Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia, países africanos).

Pode-se concluir que, apesar de alguns indicadores qualitativos terem avançado nas últimas décadas, a riqueza do país continua demasiadamente concentrada, indicando que temos um longo caminho a percorrer. Entre os países na mesma faixa de renda *per capita* (de 3.500 a 6.000 dólares), o Brasil tem uma das maiores taxas de pobreza: 34%.

Convive-se com um paradoxo a péssima concentração de renda, o índice de desenvolvimento humano não tão ruim assim e o bom ranking econômico do país; faz parte da mentalidade brasileira uma herança escravocrata do último país do mundo a acabar com a escravidão, uma indiferença social em relação à desigualdade reforçada pela utilização de mão-de-obra barata pela elite, e certa omissão em relação à miséria. Metade das terras cultiváveis do país está nas mãos de menos de 3% de latifundiários; 29% da população vive com menos de US\$ 1 por dia; o salário mínimo compra menos que 1% da cesta básica; as crianças e adolescentes são maioria entre os miseráveis brasileiros; 14 milhões de pessoas não sabem ler nem escrever; crianças de zero a três anos carecem de estímulo físico, social e emocional, mas somente 8% delas freqüentam creches e apenas 36% das crianças de quatro anos e 67% das crianças de cinco e seis anos freqüentam pré-escolas; ainda, há um milhão de crianças na faixa etária do ensino fundamental fora da escola e 2 milhões de jovens de 15 a 24 anos são analfabetos; há 3 milhões de crianças envolvidas em trabalho infantil (de cinco a 14 anos), proibido pela Constituição.

Embora as áreas mais pobres do Brasil sejam zonas rurais, o crescimento urbano desordenado implicou uma grande concentração de famílias pobres vivendo em favelas de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, uma população que não tem acesso aos bens socioculturais e nem aos meios de produção necessários a sua sobrevivência. O Brasil é um país de contrastes. Co-existem, dentro de um mesmo espaço urbano, crianças marginalizadas, carentes, desnutridas e crianças de “primeiro mundo” que têm acesso a toda tecnologia educacional e desfrutam de todos os direitos de um cidadão.

Nesse contexto de imensa desigualdade ocorrem tragédias de abandono de crianças, mesmo tendo sido verificada uma sensível queda de número de filhos por mulher, de 3,8 em 1990 para 2,4 em 2000. Bebês são abandonados em locais públicos, em portas das casas, em Igrejas, no lixo ou nas próprias maternidades onde nascem. Uma pesquisa revela que as crianças abandonadas ou entregues para adoção eram, em sua maioria, filhas de mães solteiras que alegaram, além de não poder contar com o apoio do progenitor, extremas dificuldades financeiras para manter a criança consigo; a maioria dessas mães tinha entre 15 e 20 anos e trabalhava como empregada doméstica e, essas mães, quando crianças e adolescentes foram submetidas a práticas parentais negligentes e,

ou, violentas (WEBER & SANTOS, 2005).

### **Institucionalização de crianças no Brasil**

*“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem” (BERTOLD BRECHT)*

Falar de crianças institucionalizadas nos remete ao inevitável sentimento de abandono e traz à memória dois filmes americanos que tratam do tema. O primeiro é uma comédia (direção de Fred Gerber, 1995), “Alugue um garoto”. A trama concentra-se na história de um casal que decide levar três irmãos órfãos que vivem em uma instituição para passar um período em sua casa. Na primeira noite em que estão na casa, acontece uma grande tempestade, com muitos raios e trovões; o casal acorda assustado e o marido fala que não entende por que as crianças não saíram correndo do seu quarto e vieram até a cama deles, pois todas as crianças que ele conhece fazem isso em noites de tempestade... O segundo filme, um drama chamado “Regras da vida” (direção de Lasse Hallström, 1999), retrata a vida em um grande orfanato. Uma cena mostrou um bebê sendo adotado e, após alguns dias, os adotantes retornaram para devolvê-lo, justificando que ele tinha “algum problema, pois nunca chorava”. Após acolher novamente o bebê, o diretor do orfanato fala para si mesmo que entende por que as crianças criadas em instituições não choram. Uma vez que elas dificilmente conseguem estabelecer vínculos de amor e confiança em adultos, e uma vez que não há adultos em número suficiente para atendê-las nas horas de dor, medo ou solidão, elas aprendem que não adianta chorar. Crianças que vivem na denominada instituição total não aprendem a correr para a cama de seus pais em uma noite assustadora nem a reclamar, porque provavelmente vai demorar muito até que alguém as atenda. Crianças que moram em regime de internato em instituições que não privilegiam relações individuais essenciais ao desenvolvimento do apego, aprendem a conviver com a solidão espiritual, com a dor do abandono e constituem-se em filhos de ninguém.

A literatura mundial sobre o tema aponta que essa grande dificuldade de formação e manutenção de vínculos afetivos numa instituição de internamento é determinada por vários fatores: o elevado número de crianças por instituição; o tratamento massificado, no qual todos devem fazer as mesmas coisas ao mesmo tempo e nada podem possuir; a rotatividade dos funcionários; as transferências dos internos para outras instituições; o desligamento da criança de sua família e comunidade; a impossibilidade de interação com o mundo exterior e da convivência social; invariabilidade do ambiente físico; planejamento das atividades com ênfase na rotina, ordem, vigilância contínua, ênfase na submissão, silêncio e falta de autonomia.

No Brasil, existem deferentes fases da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, mas a solução ainda parece distante.

De acordo com SILVA (1997), é possível delimitar cinco fases da institucionalização de crianças no Brasil. A primeira, conhecida como *Fase Filantrópica* (1500-1874), seguiu a implantação do modelo português de Santas Casas de Misericórdia e das famosas Rodas dos Expostos. Nessa fase, a internação era por curto período, pois famílias beneméritas criavam as crianças como agregadas.

A segunda é a *Fase Filantrópico-higienista* (1874-1922), que seguiu o modelo de diversas sociedades científicas que trabalharam no controle de doenças epidêmicas e ordenação de espaços públicos e, nessa fase, o cuidado médico sobrepôs-se ao Poder Judiciário no que se refere ao cuidado à criança, sendo as amas-de-leite as principais cuidadoras.

A *Fase Assistencial* (1874-1964), inicialmente, entendia a questão do ponto de vista da medicina e alienada dos contextos político-sociais; culpavam-se somente os pais pobres pela irresponsabilidade e a pobreza como grandes causadores do abandono infantil, numa tentativa de “salvar a criança”, de acordo com RIZZINI (1997). Visando solucionar o problema, o Estado adotou a tutela da criança órfã e abandonada por meio da institucionalização. Longe de atacar a causa maior da situação de abandono (que é a miséria decorrente do injusto modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente no Brasil), tal medida apenas conseguiu segregar e excluir essas crianças do convívio social.

A quarta fase foi a *Institucional* (1964-1990), que criou os “educandários” e

“reformatórios” para “proteger a criança” (RIZZINI, 1997), mas que, em verdade, denuncia a hipocrisia desta política assistencial brasileira que deixa os pais sem emprego ou com salários que não suprem as necessidades básicas e cria abrigos para os filhos, nos quais a tônica era o militarismo.

A fase atual, e que começou há 15 anos, é a da *Desinstitucionalização (1990 - ??)*, compreende os avanços mundiais da ciência e dos direitos humanos que afirmam que uma instituição total não traz benefícios para uma criança em longo prazo e que a criança tem o direito de viver em família e de estar inserida na comunidade. Esta fase teve início com a nova Constituição de 1988, que estabeleceu dispositivos legais para inibir arbitrariedades do Estado e definiu que a tutela não seria mais para a “Criança em situação de risco” ou “em situação irregular”, mas a toda “pessoa em fase de desenvolvimento até 18 anos”. O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 fez a transferência da tutela da criança e do adolescente para a sociedade civil por meio dos Conselhos Tutelares, pessoas eleitas pela comunidade para encaminhar as questões da criança e do adolescente (SILVA, 1997, p 36). Apesar de as críticas relativas ao sistema despersonalizante e aos efeitos prejudiciais da institucionalização total no desenvolvimento de uma criança terem começado a ser estudadas logo após a Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos e na Europa, a ênfase em acabar definitivamente com o modelo de grandes instituições com base no direito da criança de viver em família é relativamente recente. Apenas na década de 1970, um movimento de “desinstitucionalização” avolumou-se, condenando a prática de internamento e enfatizando a necessidade de inserção da criança numa família e numa comunidade.

No entanto, a fase da desinstitucionalização anda a passos muito lentos, e é preciso perguntar por que, apesar de a Lei garantir os direitos e a Ciência alertar quanto aos danos psicológicos, por que existe um número tão grande de crianças nos internatos? A base de todos os prejuízos da institucionalização é a grande dificuldade para a formação de vínculos afetivos estáveis e consistentes. Para a Ciência Psicológica atual, existe uma tendência no ser humano a estabelecer ligações afetivas fortes e consistentes já nos primeiros meses de vida da criança, e isso é uma necessidade básica tão fundamental quanto a alimentação. E é justamente a partir desse apego consistente com adultos estáveis

que tiramos elementos que nos tornam pessoas que passam a amar a vida e os outros. O apego íntimo a outros seres humanos é o núcleo em torno do qual gira a vida de uma pessoa; é desse apego íntimo que reiteramos a força e o prazer a outros. Nessas questões, a ciência atual e a sabedoria popular se identificam.

Das crianças que estão nas instituições também não se sabe nem o número correto no Brasil, mas pesquisadores ligados às universidades mostram que este número pode chegar a meio milhão de crianças. Se para adotar uma criança é preciso que haja uma sentença de abandono e a destituição do poder familiar, a maioria absoluta das crianças institucionalizadas não pode também ser adotada, pois apenas aproximadamente 10% têm os pais destituídos do poder familiar. Se o principal motivo para abrigamento de uma criança é a negligência familiar, e nisso se deve entender miséria especialmente de mães sozinhas com muitos filhos, e a lei sabiamente não permite a destituição do poder familiar somente pelo motivo de pobreza, o que fazer com este contingente enorme de crianças que perdeu a sua infância em uma instituição? Atualmente, as casas-lares com pais-sociais têm sido uma alternativa mais humanitária à institucionalização em grandes abrigos.

Pesquisa recente (WEBER, MAGALHÃES & ZIMMERMANN, 2005) avaliou minuciosamente as condições de moradia de crianças em um abrigo tradicional, de tamanho médio (50 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos) de uma capital, e os resultados encontrados mostram que o abrigo ao qual o presente estudo se refere não possui condições de oferecer um atendimento propício ao pleno desenvolvimento infantil. Foram averiguadas condições inadequadas no que se refere a: material e mobiliário para as crianças, arranjo das salas, exposição de materiais para as crianças, rotinas e cuidados pessoais, refeições e merendas, sono, troca de fralda, cuidados pessoais, práticas de condições de saúde, entre outros. Embora o ambiente institucional estudado apresente diversas características que possam oferecer riscos e limites ao desenvolvimento das crianças institucionalizadas, há que se considerar que, quando comparado à realidade pregressa dessas crianças, o ambiente institucional ainda se apresenta como uma opção vantajosa para grande parte dos abrigados desta instituição; é que a maioria é originária de famílias que vivem em extrema pobreza, além de as crianças terem sido encontradas em situações de abandono e, ou, risco pessoal e social. Contudo, é preciso voltar a analisar



uma questão já levantada nesse trabalho, a de que se não existisse certo descaso do governo, e também da sociedade civil, poderiam estar sendo oferecidas condições bem melhores a estas crianças. Portanto, pode-se perceber que o problema do abandono, no Brasil, envolve uma complexidade de fatores, os quais possuem raízes históricas, relacionados às desigualdades sociais e à política assistencial brasileira (WEBER, 2000).

Assim, entende-se que, antes de qualquer coisa, é preciso lutar para que as medidas propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente sejam cumpridas em sua totalidade, reconhecendo as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, garantindo, assim, a cidadania para todos. Dessa forma, é preciso lutar, no que se refere às medidas de proteção à infância abandonada, para que o Abrigo seja uma medida provisória, tal como dispõe o ECA, deixando de ser caracterizado como um grande depósito de crianças, que acolhe por longos períodos de tempo as crianças abandonadas, não apenas por seus pais, mas abandonadas também pela sociedade. E enfim, lutar para que ocorram mais colocações em famílias substitutas, de forma que se venha, pelo menos, amenizar o sofrimento enfrentado por tantas crianças. Além disso, coloca-se a sugestão de que pesquisas como esta possam ser realizadas em um grande número de instituições, com vistas em que se estejam sensibilizando o Poder Público, o Judiciário e o Ministério Público, assim como a sociedade civil, a voltarem urgentemente a atenção para a condição das crianças e adolescentes institucionalizados.

Uma pesquisa de PRADA E WEBER (2002) teve por objetivo analisar, por meio do discurso de crianças que vivem em abrigos, como estavam organizadas suas famílias no momento do abrigamento, como funcionam os abrigos onde moram, quais são as expectativas de futuro dessas crianças e as suas redes de vinculação afetiva, e os resultados mostram o profundo descaso e violência a que são submetidas especialmente crianças de instituições maiores. Os participantes deste estudo foram 30 (trinta) crianças com idade variando entre 8 e 12 anos, sendo que 18 (dezoito) delas estavam sob a guarda de uma instituição do tipo casa-lar e as outras 12 (doze) viviam em um Abrigo tradicional. Os participantes foram entrevistados individualmente. Os resultados indicaram que a maioria das famílias das crianças entrevistadas era nuclear e apresentava um padrão de violência entre seus membros nas relações cotidianas, sendo que os principais motivos

para o abrigamento das crianças foram a negligência e o abandono. Quanto à diferença entre os dois modelos institucionais, foi possível perceber que são diferentes na condução da disciplina (uso freqüente da punição física no Abrigo) e das atividades extra-institucionais, bem como quanto à preservação da individualidade da criança. Os dados apontaram a escassez das visitas dos familiares e amigos às crianças entrevistadas ao longo do tempo de abrigamento. As crianças mostraram que têm expectativas e projetos para o futuro relacionados à profissão, à família e aos sonhos. A vinculação afetiva destas crianças estava voltada, em primeiro grau, para os membros da família. Mediante a análise do modo de funcionamento de dois abrigos pôde-se considerar que o modelo institucional é falido, principalmente por não contemplar as necessidades emocionais das crianças que estão abrigadas. Contudo, a transição do modelo institucional tradicional para o sistema casa-lar pode ser interessante, visto que seu principal objetivo é reproduzir o modelo familiar promovendo o estabelecimento de vínculos afetivos, o respeito à individualidade, promoção de autonomia, contato constante com a comunidade, enfim, uma estrutura que possa proporcionar um desenvolvimento global adequado para a criança que está abrigada.

### ***O que as crianças que moram em internatos sentem***

MAGNO E MONTENEGRO (2002), em uma matéria jornalística, enfatizaram que as crianças que vivem em abrigo são sedentas por alguém que as escute. “A maioria das crianças gosta de conversar com visitantes, tocá-los ou ficar quietinho por perto, pois o que há de mais precioso na vida delas é o fato de serem objeto de afeição de alguém, mesmo que seja por alguns minutos” (WEBER, 1997, p. 45).

Uma pesquisa (WEBER, MOREIRA, TERRA & MESSIAS, 1999), cujo objetivo era identificar os sentimentos em relação aos pais biológicos e às expectativas sobre o futuro de crianças institucionalizadas entre 7 a 18 anos e sem vínculo familiar, revelou que 61% das crianças estão na instituição de 3 anos a 18 anos. A maioria absoluta nunca recebeu visitas de seus pais (67%), atribui valoração negativa aos pais genéticos (66%). As respostas relativas às expectativas de futuro são estereotipadas e

inconsistentes; apenas 50% dos internos desejam casar ou ter filhos, sendo que 53% preferem morar na instituição que com sua família biológica, mas o maior desejo de todos é ser adotado (80%). Os dados também apontam que: 1) o afastamento da família biológica e o caráter negativo da experiência familiar pregressa determinaram a valoração negativa atribuída por essas crianças e adolescentes a seus pais biológicos; 2) a dificuldade em planejar e refletir sobre o futuro e o pessimismo sobre o plano afetivo está intimamente ligado ao abandono e à impossibilidade de criar novos vínculos; 3) a necessidade de apego seguro, sob a forma de adoção, revelou-se premente nestas crianças institucionalizadas que desejam ser amadas na condição de filhas.

A maioria das crianças entrevistadas sentiu muita tristeza no momento em que foi deixada na instituição: *“Eu fiquei triste; minha mãe disse que vinha me buscar no sábado e não veio”* (João, 10 anos); *“Eu chorei, tava com medo de dormir, aí eu fui me acostumando; agora não estou mais reclamando”* (Marcos, 8 anos); *“Senti assim: não vou ser feliz, minha mãe não me quer”* (LUIZA, 13 anos).

Ao verificar se as crianças passam a amar alguém no internato, as respostas revelaram que após a separação de sua família, estas crianças tentam encontrar outras figuras de apego, mas a criação e, ou, manutenção de vínculos afetivos nas instituições é bastante restrita, principalmente por transferências dos internos para diferentes instituições: 56% dos entrevistados já moraram em dois ou mais internatos diferentes. A maioria absoluta dos entrevistados respondeu que havia encontrado uma figura de apego (geralmente um colega de internato ou um funcionário), mas em 98% dos casos o contato com essa pessoa foi perdido. Os internos tentam encontrar novamente outras vinculações afetivas e, novamente, correm o risco de perdê-las, num processo doloroso em que revivem inúmeras vezes o abandono. Verificamos que, às vezes, não existem sequer documentos sobre a criança, quanto mais dados específicos sobre a sua história de vida. O discurso dos internos deixa transparecer total desconhecimento de sua situação legal, pessoal, familiar e, conseqüentemente, eles tecem fantasias sobre suas perspectivas futuras (WEBER et al., 1999) e querem uma família, mas às vezes a esperança já não existe mais:

*“Acho eu não vou ser adotado porque já passei da idade; só adotam até 14*

anos” (Fernando, 15 anos; “Acho que não vou ser adotada, acho que desisti, eles eram pra ter arrumado família pra mim faz tempo. (Maria, 9 anos; “Ainda não fui adotada porque sou nova aqui; tem que ficar bastante tempo” (Ana, 12 anos); “Não fui adotada ainda porque meu caso ainda não foi visto pelas pessoas que arrumam pais pra gente” (Olivia, 12 anos).

Certas vezes a realidade e a fantasiam misturam-se na esperança de ser filho de alguém:

“Eu acho que vou ser adotada, porque sim, porque eu tenho certeza, porque nunca se deve perder a esperança” (Karina, 12 anos); “Eu sei que vou ser adotada, mas não sei o dia que o Juiz vai me chamar. Acho que vai demorar um pouco. (Silvia, 10 anos); “Acho que vou ser adotada porque eu já tirei três fotos pra mostrar pro Juiz” (Camila, 13 anos); “Eu vou ser adotada porque a gente tem fé em Deus e pode conseguir” (Tatiana, 15 anos); “Eu acho que vou ser adotada porque é a terceira vez que a minha foto vai pra Itália e para os Estados Unidos” (Cintia, 12 anos); “Eu acho que vou ser adotada porque já está na hora de ir embora, meus pais já vão chegar...”. (Denise, 10 anos).

Alguns depoimentos mostram o pensamento mais freqüente das crianças, uma infância repleta de sofrimento:

“Tenho 13 anos e cheguei aos nove anos. Nunca recebi visita de ninguém. Vim pra cá porque minha mãe me batia. Se tivesse com minha mãe estaria apanhando, então eu estou mais feliz aqui. Meu maior desejo é ter uma família nova. Queria ser adotado, daí eu ia para uma casa que ninguém me batesse e teria alguém para me fazer carinho” (Roberto, 13 anos).

“Eu tinha 8 anos quando vim para cá. Foi o carro do Juizado que me trouxe aqui. Já morei em três internatos diferentes. Meu pai é alcoólatra e minha mãe morreu e eu nunca recebi visitas de ninguém. Meus três maiores desejos? Eu queria ser

*adotada e ganhar um pai na Itália, uma mãe e uma bicicleta! Eu seria mais feliz” (Mariana, 11 anos, institucionalizada desde os 8 anos).*

### **Adoção de crianças no Brasil**

*É difícil dizer o que é impossível, pois para o sonho de ontem existe a esperança de hoje a realidade de amanhã  
(ROBERT H. GODDARD (1882 - 1945).*

No Brasil é preciso, antes de tudo, incrementar as políticas públicas para possibilitar assistência às famílias pobres e prevenir o abandono. Mas, de todos os sistemas de proteção à criança de fato abandonada, a adoção é aquele que reúne todas as funções necessárias para um pleno desenvolvimento por permitir que sejam recriados os vínculos afetivos de uma relação de parentalidade e filiação.

O abandono de crianças sempre esteve presente na história da humanidade. Para solucionar este grave problema, foram realizadas ações as mais diversas, desde as mais dolorosas e terríveis até as mais sublimes. As ações humanitárias tinham o objetivo de proporcionar o acolhimento dessas crianças, e as mais diferentes culturas tentaram encontrar códigos sociais que refletissem outros tipos de agrupamentos familiares que não aqueles ligados estritamente aos laços de sangue. A adoção, como é compreendida atualmente, é uma maneira de acolher uma criança (abandonada) e transformá-la em filha, mas teve diferentes significados ao longo dos tempos e em diversas culturas. A sociedade romana na Antigüidade tem sido apontada como o berço da adoção, cujo objetivo primordial era a continuação da cultuação dos deuses-lares, das tradições familiares, principalmente quando não havia um sucessor masculino para o *pater familias*.

Ainda hoje, a adoção é realizada, na maioria das vezes, como uma solução para a ausência de filhos biológicos. Como existem ainda poucas pesquisas sistemáticas sobre a questão da adoção no Brasil, o oposto do que ocorre em países desenvolvidos, ouve-se freqüentemente que os “estrangeiros” realizam adoções motivados essencialmente pela ajuda humanitária, enquanto os brasileiros adotam somente porque não podem ter filhos

biológicos.

Ao pensarmos em uma criança que, por múltiplas razões, não teve possibilidade de ser criada pela sua família de origem, percebemos que, de maneira geral, a adoção representa a melhor solução para sua vida. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tomou por base o pleno e primordial *interesse da criança* em caso de adoção, estando de acordo com o proposto por PILOTTI (s/d.), que divide o instituto da adoção em dois momentos históricos: *Adoção Clássica*, anterior à Primeira Guerra Mundial, como aquela que visava solucionar os matrimônios sem filhos, e *Adoção Moderna*, que buscou resolver os problemas dos numerosos órfãos cujos pais biológicos morreram em virtude das Guerras. No capítulo III do ECA, Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, reza o artigo 19, *que toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta (...)*. FREIRE (1994, p.7) afirma que “a adoção representa uma resposta às necessidades não satisfeitas pela ordem natural dos acontecimentos, uma resposta que oferece à criança órfã e abandonada uma possibilidade de ter pais e ambiente familiar indispensáveis para o seu desenvolvimento”. MARIN (1994, p.91) acrescenta que é uma “alternativa afetiva por definição. (...) Restituir à criança de quem sua família biológica abdicou, o seu direito postulado quase que universalmente à vivência numa família em que seja amada, reconhecida, educada e protegida”. Para BEVILÁQUA (1980, p.822), e isso já nas décadas iniciais do século XX, a adoção “chama para o aconchego da família e para as doçuras do bem estar, filhos privados de arrimo ou de meios idôneos, aproveitando e dirigindo capacidades, que de outro modo, corriam o risco de se perder, em prejuízo dos indivíduos e do grupo social, à que pertencem”. Percebe-se claramente que a adoção permite que uma criança (abandonada) esteja inserida na comunidade e no seio de uma família.

Com o maior desenvolvimento da cultura social de um país, dos meios de comunicação, com o aumento do número de abortos provocados e do planejamento familiar, ocorre a diminuição da taxa de natalidade e do abandono de crianças e, conseqüentemente, aumenta a dificuldade da adoção de bebês. TEFFAINE (1987) relata que na França existem somente 4.000 crianças para adoção por ano (contando aquelas que vêm do exterior) para 20.000 pessoas que desejam adotar, e, diante dessa dificuldade, um

maior número de adotantes que gostariam de adotar um bebê volta-se para a adoção de uma criança com mais idade.

Em um país como o Brasil considerado com o maior grau de miscigenação do mundo, onde cerca de metade da população é negra ou mestiça, a maioria absoluta das crianças que são adotadas é branca, recém-nascida e saudável. Todo o processo de adoção no Brasil é feito pelo Poder Judiciário, inclusive preparação (quando existe) e seleção de adotantes, sendo que, às vezes, tais organismos oficiais não estão preparados tecnicamente para criar novas vocações adotivas ou preparar adotantes no sentido de adaptar seus desejos à realidade das crianças que necessitam de uma família. O descontentamento dos adotantes com os serviços legais de adoção é um dos motivos que levam quase metade (48%) deles a preferir realizar uma adoção informal, à parte dos trâmites legais: esses adotantes simplesmente registram uma criança como filho genético correndo todos os riscos que isso pode acarretar (culpabilidade por falsidade ideológica e por registrar filho alheio como próprio). O outro motivo é que a maioria dos adotantes, despreparada para a tarefa da adoção, quer imitar a biologia e procura recém-nascidos, encontrados mais facilmente nas adoções ilegais. É evidente que o acolhimento precoce seria a melhor solução, mas, infelizmente, temos uma situação já instalada de milhares de crianças maiores esperando uma família que as acolha, tornando as adoções mais delicadas, pois a criança já possui uma história, geralmente uma história de dor e abandono.

Nos últimos 10 anos, pais e filhos adotivos têm passado a organizar-se em Grupos de Apoio à Adoção, associações geralmente formadas por voluntários que doam o seu tempo com o objetivo de fomentar uma consciência para o papel social da adoção no país, ou seja, compreender a adoção como a busca de uma família para uma criança abandonada, visando primordialmente o interesse da criança e não somente para resolver o desejo dos adultos por um bebê. Entende-se que não é possível ter somente soluções paternalistas ou caritativas, mas é preciso um trabalho pedagógico que favoreça maior consciência social. Atualmente existem cerca de cem Grupos de Apoio à Adoção, e centenas de encontros regionais e dez encontros nacionais têm se preocupado em disseminar a noção da família adotiva com a mesma importância e essência da família genética e do direito de toda criança viver em família. A mudança de uma consciência

social não se faz em meses e nem em poucos anos; assim, conseguir a adoção de crianças maiores, negras e mestiças ainda é difícil no Brasil e, em muito, ainda depende de adoções internacionais, sendo que um dos países que mais tem adotado no Brasil é a Itália.

### **Algumas soluções**

*"As dificuldades são como as montanhas. Elas só se aplainam quando avançamos sobre elas."  
(Provérbio japonês)*

Algumas ações podem ser feitas imediatamente para agilizar este movimento de desinstitucionalização e a consequente inserção de todas as crianças em famílias:

- A institucionalização de uma criança ou adolescente deveria ser encarada como um recurso extremo e somente por um curto período de tempo;
- Construir uma rede de apoio comunitária, em ações do Poder Público e da comunidade, para promover suporte a famílias carentes para que a miséria não seja um motivo para colocação de uma criança em um internato;
- Fortalecer institucionalmente os Grupos de Apoio à adoção no sentido de maior força para divulgação e de produção de material de apoio sobre uma nova perspectiva da adoção no interesse da criança;
- Descentralizar alguns trâmites do processo de adoção do Poder Judiciário, como a preparação dos candidatos, que poderia ser realizado por agências particulares como em países desenvolvidos;
- Acabar com o preconceito em relação à adoção realizando um trabalho pedagógico nas escolas primárias e uma revisão de conceitos de filiação – esta não é somente genética, mas também pode ser adotiva;
- Promover campanhas de esclarecimento sobre o processo de adoção e sobre a vida nos internatos para sensibilizar a população e diminuir o número de adoções ilegais;



- Incrementar o número de pesquisas sistemáticas para compreender o processo de adoção: preparação, acompanhamento, dinâmica familiar etc.;
- Cadastrar as crianças institucionalizadas no país com informações sobre a vida de cada interno e suas relações familiares e interligar as informações com o Poder Judiciário;
- Tentar resgatar os vínculos com a família de origem dos internos ou, se isto não for mais possível, promover a destituição do poder familiar e colocá-los legalmente disponíveis para adoção;
- Acabar com grandes instituições e formar casas-lares, com um casal (ou uma mulher) cuidando de até 10 crianças;
- Concretizar maior número de creches públicas para que famílias carentes tenham um lugar seguro para deixar seus filhos;
- Treinar e manter o máximo possível a mesma equipe técnica de funcionários, enquanto existem os internatos, para possibilitar que as crianças possam estabelecer vínculos afetivos;
- Esclarecer para a criança institucionalizada a história de origem que o levou a permanecer institucionalizado: abandono, uma doação, orfandade, e se a família pode ser localizada ou não, bem como clarificar a sua situação jurídica;

### **Enquanto as instituições existem**

- ♣ De maneira geral, e em longo prazo, é possível pensar em descentralizar a instituição, ou seja, unidades menores, para no máximo 20 ou 30 crianças.
- ♣ Ter um projeto de profissionalização dos trabalhadores de abrigos. A política de recursos humanos deve ter por base a qualificação e capacitação dos educadores para que tenham um verdadeiro papel de educadores. Promover cursos de capacitação para os funcionários da instituição no que se refere ao desenvolvimento infanto-juvenil, auto-estima, habilidades-sociais, cuidados na adolescência, desenvolvimento afetivo etc.;
- ♣ Utilizar a mídia para conscientizar a população sobre a vida nas instituições, sobre a necessidade da adoção ou sobre o apadrinhamento afetivo e doações da

comunidade para as instituições;

- ♣ Utilizar a mídia para promover debates com a população e com especialistas, falar de prevenção do abandono;
- ♣ Procurar estabelecer convênios com universidades e cursos de Psicologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional, que mandem seus alunos para realizarem trabalhos estratégicos em benefício das crianças e cursos para educadores;
- ♣ Trabalhar a comunidade para estigmatizar menos e promover maior aceitação integral das crianças que vivem em instituição e para efetivar ações de solidariedade (dar o que lhe é de direito) mais do que caridade (dar o que não se precisa mais);
- ♣ Inserir as crianças em cursos da comunidade, como artes, dança etc., procurando parcerias para bolsas de estudo;
- ♣ Agilizar um programa de famílias profissionalizadas (subsidiadas economicamente) para cuidar de crianças com alguma incapacidade;
- ♣ Promover cursos de “capacitação para pais”, para famílias que podem participar como “padrinhos afetivos” ou famílias de apoio.

*Propiciar o desenvolvimento de identidade e autonomia para as crianças*

- ♣ Procurar manter, ao máximo, as mesmas pessoas como educadoras, para que a criança possa criar alguns laços afetivos e sentimentos de confiança e segurança;
- ♣ Os quartos deveriam abrigar um número pequeno de crianças e devem ter armários para guardas pequenos objetos de uso pessoal;
- ♣ Procurar que as crianças não usem uniformes no dia-a-dia, exceto em casos de saídas coletivas, para fortalecer certa individualidade;
- ♣ Colocar espelhos nos quartos é importante para uma auto-referência da criança;
- ♣ Procurar não incentivar as crianças a chamarem as educadoras de “mãe”, pois elas não são suas mães, apenas fazem o papel de mães na ausência delas. Se quiserem podem chamar de “tia” junto com o nome da pessoa;

- ♣ Estabelecer regras claras e consistentes para o andamento da instituição e do dia-a-dia das crianças (por exemplo, horários para almoço, lanche, uso de brinquedos coletivos etc.). Elas devem estar colocadas em um quadro de avisos, direitos e deveres das crianças e Educadores;
- ♣ Nunca utilizar a punição física com as crianças, pois a ciência já comprovou que ela só tem efeito imediato, mas não funciona para modificar comportamentos em longo prazo. Se precisar, utilizar a restrição de privilégios, mas com toda certeza usar os incentivos, quadro de recompensar, elogios etc., o que se compreende como uma “disciplina positiva”;
- ♣ Fazer um álbum individual para cada criança, colocando fotos da criança, bem como todas as informações sobre quando ela chegou, quando começou a andar, a falar, quando nasceu o primeiro dente, entre outras informações. Essa é a sua história de vida e não pode ficar em branco;
- ♣ Cada criança menor de seis anos deve ter, pelo menos, a sua cama designada e um pequeno espaço somente dela. Por exemplo, acima da cama pode estar a fotografia da criança, um desenho que ela tenha feito ou rabiscado etc. Crianças maiores de 6 anos devem ter suas roupas designadas para elas (colocar nomes nas roupas), devem ter pequenos objetos pessoais, um armário com suas coisas pessoais. É com a criação de um espaço íntimo e individual que a criança aprende a se entender como um ser único;
- ♣ Em paredes especiais da instituição deve haver um espaço para um quadro de atividades das crianças, e também um espaço para colocar fotografias, desenhos das crianças, notas de boletins da escola, como um incentivo ao orgulho pela criança e pela sua criatividade;
- ♣ Com crianças mais velhas pode-se fazer o jogo de escolher um representante por mês ou por semana para verificar a ordem do quarto, para mostrar a importância para a criança da responsabilidade e da organização;
- ♣ Crianças mais velhas devem poder participar, como representantes, de reuniões de equipe em que sejam tomadas decisões sobre a instituição;

- ♣ Privilegiar a individualidade mesmo dentro do coletivo; tentar festejar aniversários separadamente para cada criança, ou, no máximo, para crianças que nasceram no mesmo dia – mas com dois bolos diferentes. O dia do aniversário deve ser festejado como um dia especial em que se comemora a alegria da vida, então deve ser individual;
- ♣ Para estes festejos individuais procurar encontrar na sociedade o que se denomina “padrinhos afetivos”, que poderão proporcionar um bolo (na hora do jantar, por exemplo) e um presente especial para aquela criança. Padrinhos afetivos podem (e devem) ter um contato sistemático com a criança, mesmo por telefone, para contar como foi a semana, ou falar das notas que recebeu na escola, ou até levar para passear se for o caso; como sugere a denominação, é uma referência afetiva para aquela criança;
- ♣ Para instituições de crianças acima de 6 anos, fazer uma “caixa de sugestões” para que as crianças possam expressar de maneira anônima as suas considerações sobre a instituição.

#### *Autonomia e habilidades sociais e afetivas*

- ♣ Desenvolver projetos de grupos de vivências de habilidades sociais, nas quais as crianças mais velhas (acima de oito anos) poderão expressar-se com mais liberdade, falar de suas emoções, desenvolver assertividade etc. A verdade sobre a sua história de vida deve ser colocada de maneira clara e discutida sem receios;
- ♣ Procurar promover passeios na comunidade, parques, cinemas, passeios na cidade, arredores etc. É possível procurar patrocinadores para tal atividade que possa tirar um pouco as crianças da rotina institucional;
- ♣ É possível estabelecer um ritual de despedida por ocasião da ida da criança para uma outra instituição. Nesse ritual todos podem escrever uma breve palavra sobre a criança ou sobre a nova fase da vida, uma palavra de otimismo e de incentivo a qualidades pessoais da criança;

- ♣ Resgatar os processos (documentos) de cada criança com o objetivo de desinstitucionalização que pode se dar mediante a reintegração à família de origem, da colocação em casas-lares ou da adoção. Atualmente, os dados no Brasil mostram que pouco progresso tem sido feito para uma tentativa real de tirar as crianças dos internatos. Não se dá importância para a história da criança e não existe uma clara definição de "abandono";
- ♣ Esclarecer para a criança institucionalizada a história de origem que a levou a permanecer institucionalizada. A criança tem o direito de saber se ocorreu um abandono, uma doação, orfandade, e se a família (nuclear ou extensa) pode ser localizada ou não;
- ♣ Clarificar para a criança institucionalizada a sua real situação jurídica, ou seja, se os seus pais foram ou não destituídos do pátrio poder e se, conseqüentemente, ela pode ser colocada para adoção;
- ♣ Conscientizar a criança sobre as reais possibilidades de viver em uma família, com base em dados da realidade atual brasileira. Verificar se ela conhece os seus direitos fundamentais e se ela aceita ou não uma adoção internacional;
- ♣ Proporcionar à criança e ao adolescente institucionalizados um trabalho de grupo de apoio psicológico que possa constituir um espaço para trabalhar suas questões pessoais, expectativas, fantasias, desejos, perspectivas futuras, idealização de família, conscientização e elaboração de sua história prévia e de seu momento atual.

Toda criança precisa de adultos afetivos, de pais, que lhe ensinem as fronteiras entre o certo e o errado, que possam lhe enxugar uma lágrima em momentos de tristeza, que possam ouvir e compreender os seus sonhos mais fantásticos e os pesadelos mais assustadores. Pais são aquelas pessoas que devem ter um amor incondicional e que ajudam a construir a identidade e o desenvolvimento de uma criança, assim como se constrói um edifício, primeiro as fundações para sentir-se confiante e amada, depois as janelas para poder olhar para o mundo e, por fim, as portas, para sair para o mundo,

confiante e com auto-estima sólida e forte para enfrentar essa realidade nem sempre benevolente.

É um direito dos casais que não podem ter filhos adotar bebês, mas é um dever do Estado proporcionar condições para que cada família mantenha seus filhos e, para as crianças já abandonadas, encontrar pais substitutos. Quanto à comunidade, é preciso trabalhar para que exista uma atitude de solidariedade ativa, nacional e internacional e para que haja famílias disponíveis às diversas formas de acolhimento.

Todos nós devemos lutar por aquilo que estas crianças pedem: uma chance, um esforço, uma esperança, um pouco menos de medo, um pouco mais de coragem, um pouco menos de leis e um pouco mais de justiça. Quem sabe assim seja possível transformar os *filhos de ninguém em filhos do coração!* Para saber como traçar este caminho, as palavras do poeta espanhol ANTONIO MACHADO (Provérbios y Cantares):

*Caminhante, são tuas passadas  
o caminho, e nada mais;  
caminhante, não há caminho,  
se faz caminho ao andar.  
Ao andar se faz o caminho,  
e ao voltar a vista para traz,  
se vê o atalho que nunca mais  
se há de voltar a pisar.  
Caminhante, não há caminho,  
senão as estrelas no mar.*

## REFERÊNCIAS

- BEVILÁQUA, C. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1980.
- FREIRE, F. **Abandono e Institucionalização II**. Curitiba: Terre des Hommes, 1994.
- MAGNO, A. B. & MONTENEGRO, E. Os órfãos do Brasil. **Correio Brasiliense**, 9 de

janeiro de 2002.

MARIN, I. K. Adoção. In: FREIRE, F. (Org.). **Abandono e Adoção**. Curitiba: Terre des Hommes, 1994.

PRADA, C. G. & WEBER, L. N. D. (2002). O abrigamento de crianças e adolescentes: proteção ou esquecimento? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOTERAPIA E MEDICINA COMPORTAMENTAL, 2002, Londrina. **Anais...** (eletrônico) Londrina: Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental.

PILOTTI, J. P. **Manual do Procedimento da Família Adotiva**. Montevideo: Instituto Interamericano da Criança, s/d..

PILOTTI, J. P. & RIZZINI, I. **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula/ Amais, 1995.

RIZZINI, I. (1997). **O Século Perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula; Amais Livraria e Editora, 1997.

SILVA, R. **Os filhos do governo**. São Paulo: Ática, 1997.

TEFFAINE, O. **Adoption tardive: d'une naissance à l'autre**. Paris: Stock-Laurence-Pernout, 1987.

WEBER, L. N. D. A ficção e a realidade de crianças institucionalizadas: uma proposta de intervenção. **Texto e Contexto**, v. 2, n. 8, p. 427-430, 1999.

WEBER, L. N. D. Os Filhos de Ninguém – Abandono e Institucionalização de Crianças no Brasil. **Conjuntura Social**, v. 4, p. 30-36, 2000.

WEBER, L. N. D.; TERRA, M.; MOREIRA, P. & MESSIAS, R. Why am I here? Brazilian children living in total institutions. In: 107<sup>th</sup> CONGRESS OF THE AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 1999, Boston, EUA. **Anais...** Boston: American Psychological Association, 1999, p. 310.

WEBER, L. N. D.; COSTA, M. B.; MORAIS, S. Z.; OLIVEIRA, R. M. & RIESEL, K. **Expectativas de futuro e depressão em meninos de um abrigo da cidade de Curitiba**. Trabalho não publicado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2004.

WEBER, L. N. D. & SANTOS, C. D. (2005). What leads a mother to abandon her child? In: 2005 BIENNIAL MEETING OF THE SOCIETY FOR THE RESEARCH IN CHILD DEVELOPMENT, 2005, Atlanta. **Anais...** (eletrônico) Atlanta: Society for the Research in Child Development, Atlanta, 2005.